

O Programa Brasil Alfabetizado e os desafios da continuidade da educação de jovens, adultos e idosos

Tais Araujo da Silva¹
Camila Costa Gigante²

Resumo

A Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJAI) constitui uma importante política pública voltada à garantia do direito à educação para sujeitos que, por diferentes motivos, não tiveram acesso ou continuidade aos estudos na idade considerada regular. Nesse contexto, diversas iniciativas foram criadas ao longo das últimas décadas com o objetivo de enfrentar o analfabetismo e ampliar as oportunidades educacionais para esse público. Entre essas iniciativas destaca-se o Programa Brasil Alfabetizado (PBA), criado pelo governo federal com a finalidade de ampliar o acesso à alfabetização em diferentes regiões do país. O presente trabalho tem como objetivo investigar a oferta do Programa Brasil Alfabetizado e analisar, a partir de produções acadêmicas realizadas no território nacional, em que medida essa política pública tem contribuído para a continuidade da escolarização de jovens, adultos e idosos ou se tem se restringido a processos pontuais de alfabetização voltados à certificação. Para o desenvolvimento do estudo, foi realizada uma pesquisa de caráter bibliográfico, baseada na análise de artigos científicos, documentos oficiais e produções acadêmicas que discutem a implementação e os impactos do programa em diferentes contextos do país. A análise também dialoga com discussões teóricas no campo da Educação de Jovens e Adultos, especialmente aquelas relacionadas à perspectiva da educação ao longo da vida, conforme discutido por autores como Paulo Freire e Jane Paiva. A problematização central do estudo consiste em compreender se o Programa Brasil Alfabetizado tem conseguido promover trajetórias educativas mais amplas ou se permanece limitado à alfabetização inicial. Os resultados apontam que, embora o programa represente um avanço no enfrentamento do analfabetismo no Brasil, ainda existem desafios relacionados à continuidade da escolarização dos sujeitos atendidos, bem como à articulação entre a alfabetização inicial e políticas educacionais mais amplas. Conclui-se que a efetivação do direito à educação para jovens, adultos e idosos exige políticas públicas que não se restrinjam à alfabetização, mas que garantam condições para a permanência e progressão escolar, considerando a educação como um processo contínuo ao longo da vida.

Palavras-chave: Educação de Jovens, Adultos e Idosos; Programa Brasil Alfabetizado; Políticas públicas; Alfabetização; Educação ao longo da vida.

Introdução

A Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJAI) constitui uma importante política pública voltada à garantia do direito à educação para sujeitos que, por diferentes motivos, não tiveram acesso ou continuidade nos estudos na idade considerada regular. Nesse contexto, diferentes políticas educacionais foram criadas ao longo das últimas décadas com o objetivo de enfrentar

¹Graduanda. Pedagogia. Bolsista CAP-UERJ EIC. UERJ. taisaraujodasilva11@gmail.com

²Doutora. Pedagogia CAP-UERJ. UERJ. gigantecamila@gmail.com

o analfabetismo e ampliar as oportunidades de escolarização para jovens, adultos e idosos no Brasil.

Entre essas iniciativas, destaca-se o Programa Brasil Alfabetizado (PBA), criado pelo governo federal com a finalidade de ampliar o acesso à alfabetização em diferentes regiões do país. No entanto, diversos estudos têm apontado limites relacionados à continuidade da escolarização dos sujeitos atendidos pelo programa após a etapa inicial de alfabetização. Dessa forma, torna-se necessário refletir sobre o papel do PBA no contexto das políticas públicas voltadas à Educação de Jovens e Adultos.

Objetivo

Diante desse cenário, o presente trabalho tem como objetivo investigar a oferta do Programa Brasil Alfabetizado (PBA) e analisar, a partir de produções acadêmicas realizadas no território nacional, em que medida essa política pública tem contribuído para a continuidade da educação de jovens, adultos e idosos ou se tem se restringido a processos pontuais de alfabetização voltados à certificação.

Busca-se compreender também como as análises sobre o programa vêm sendo desenvolvidas em diferentes regiões do país, investigando se a destinação de recursos ocorre de forma equitativa ou se existem desigualdades que impactam a implementação dessa política educacional. Além disso, pretende-se problematizar a questão do voluntariado no interior do programa, discutindo seus limites e implicações para a garantia do direito à educação.

Metodologia

Para o desenvolvimento deste estudo, foi realizada uma pesquisa de caráter bibliográfico, baseada na análise de artigos acadêmicos, produções científicas e documentos que discutem a implementação e os impactos do Programa Brasil Alfabetizado no território nacional.

A partir dessa revisão da literatura, buscou-se identificar como diferentes autores analisam a efetividade do programa, suas contribuições para a alfabetização de jovens, adultos e idosos e

¹Graduanda. Pedagogia. Bolsista CAP-UERJ EIC. UERJ. taisaraujodasilva11@gmail.com

²Doutora. Pedagogia CAP-UERJ. UERJ. gigantecamila@gmail.com

os desafios relacionados à continuidade dos estudos após a etapa inicial de alfabetização. A análise também considera discussões teóricas no campo da Educação de Jovens e Adultos, especialmente aquelas relacionadas à concepção de educação ao longo da vida, como discutido pela pesquisadora Jane Paiva, que problematiza a necessidade de pensar a EJA como parte de um processo educativo contínuo.

Problematização e Hipótese

Apesar das iniciativas voltadas à alfabetização de jovens, adultos e idosos no Brasil, ainda existem questionamentos sobre a efetividade dessas políticas no que se refere à continuidade da escolarização. Nesse sentido, surge o seguinte problema de pesquisa: o Programa Brasil Alfabetizado tem contribuído para a continuidade da educação de jovens, adultos e idosos ou tem se limitado a processos pontuais de alfabetização voltados à certificação?

Além disso, questiona-se se a implementação do programa ocorre de forma equitativa entre as diferentes regiões do país e se suas ações dialogam com a perspectiva da educação ao longo da vida.

Outro aspecto que merece reflexão diz respeito à presença do voluntariado no programa. Considerando que a educação é um direito social garantido constitucionalmente e um dever do Estado, torna-se necessário problematizar até que ponto a transferência de responsabilidades para iniciativas voluntárias ou parcerias externas pode fragilizar a efetivação desse direito.

Parte-se da hipótese de que, embora o Programa Brasil Alfabetizado represente uma política pública importante no enfrentamento do analfabetismo, suas ações tendem a se concentrar na alfabetização inicial, apresentando limitações no que se refere à garantia da continuidade da escolarização dos sujeitos atendidos.

A Educação de Jovens, Adultos e Idosos no Brasil

¹Graduanda. Pedagogia. Bolsista CAP-UERJ EIC. UERJ. taisaraujodasilva11@gmail.com

²Doutora. Pedagogia CAP-UERJ. UERJ. gigantecamila@gmail.com

A educação de jovens, adultos e idosos no Brasil tem uma história longa marcada por avanços e retrocessos, se iniciando nos anos 50 com a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos, até chegar ao Programa Brasil Alfabetizado (PBA), notando-se que em cada mudança de governo surgem avanços e retrocessos, pois precisamos de uma política de Estado e não a que temos atualmente que é uma política de governo, ou seja, o governo que está atualmente decide se deve continuar, interromper ou alterar quaisquer mudanças no que tange o PBA, já a política de Estado não é possível essa alteração tão facilmente.

Como traz o G1 (2024) com dados do Censo de 2022, só a região Nordeste apresenta um percentual de mais 14% de pessoas não alfabetizadas, nesse contexto de superação ao analfabetismo, Diniz; Machado e Moura (2014, p. 643): “Considerado uma importante ferramenta da política pública educacional atual que visa erradicar o analfabetismo do Brasil, o PBA se constitui como o mais recente esforço governamental na luta contra o analfabetismo.”

Quando pensamos na modalidade EJA, não devemos apenas pensar em uma política pública de alfabetização, devemos pensar em políticas públicas ligadas à segurança, visto que no geral a EJA ocorre em turnos noturnos; políticas ligadas ao transporte, nas quais sejam em intuições formais ou não formais, este estudante deve ter o direito de ir e vir, com escolas de fácil acesso e de alimentação adequadas, como a professora da faculdade de Educação, Jaqueline Luzia sempre traz em suas aulas; “devemos lembrar que são trabalhadores estudantes e não estudantes trabalhadores”, logo pensar na EJA não é simplesmente pensar em uma única política pública “salvadora” que irá resolver todos os problemas do mundo, é pensar em diversas políticas públicas que perpassam por esses sujeitos.

Outra questão para se pensar, nós (educadores) é que não dar para simplesmente utilizar de um planejamento das crianças e colocar na EJA, o currículo da EJA deve ser pensado coletivamente com os estudantes, estudantes estes que trazem uma bagagem de vida com eles; é como Freire (1989) traz em A Importância do Ato de Ler: “a leitura de mundo vem antes da leitura da palavra”, antes de começarmos a ler as palavras, compreendemos o mundo ao nosso redor, como ele está organizado.

Desde a formação da república, o Brasil enfrentava grande índices de analfabetismo com cerca de 72% como traz Duque e Henrique (2019) no texto intitulado “Programa Brasil Alfabetizado: Uma Avaliação da Teoria do Programa”, porém apenas na década 30 e no governo de Vargas é elaborado o primeiro PNE, no qual previa algumas metas. Em 1945 foi idealizado um fundo

¹Graduanda. Pedagogia. Bolsista CAP-UERJ EIC. UERJ. taisaraujodasilva11@gmail.com

²Doutora. Pedagogia CAP-UERJ. UERJ. gigantecamila@gmail.com

nacional para jovens e adultos, no qual tinha a proposta de que 25% desses fundos fossem destinados à educação de jovens e adultos. Na década de 50, surge o primeiro movimento contra o analfabetismo: Campanha da Educação de Adultos, porém teve muitas dificuldades nas zonas rurais. Após um tempo, foi elaborado por Paulo Freire em 1964 um Plano Nacional de Educação, entretanto, com o Golpe Militar esse plano foi extinto e substituído pelo Mobral, no qual estava apenas preocupado com a alfabetização funcional de jovens e adultos, com ele surge também o ensino supletivo para pessoas de baixa renda. Com a redemocratização e com a Constituição Cidadã, em 1990 surge a Fundação Educar, no qual esse financiamento é retirado e a responsabilidade é atribuída aos municípios. Depois de um tempo, o Governo Federal junto ao MEC (Ministério da Educação) começa a se responsabilizar e começam a surgir programas (além da alfabetização nas escolas) voltados ao público jovem, adulto e idoso. Nesse contexto, surge o Programa Brasil Alfabetizado (PBA), como mais uma tentativa de erradicar o analfabetismo.

O Programa Brasil Alfabetizado como política pública

Antes de considerar todas as gerações do PBA, é importante ressaltar que é um plano muito ousado de “erradicar o analfabetismo no Brasil”, visto que somos um país extremamente desigual, no qual muitas pessoas abandonam a escola, sejam por conta de diversas violências sofridas na escola, seja por conta de gravidez na adolescência, seja por conta de ter que deixar os estudos de lado para ajudar no sustento de casa.

Em 2003, o Ministério da Educação (MEC) destaca uma atenção ao analfabetismo, com isso, cria-se o PBA como um dos principais programas prioritários na alfabetização de jovens, adultos e idosos. Na primeira geração (2003), o objetivo era de descentralizar a participação dos entes federados, garantindo uma diversidade de métodos pedagógicos. Na segunda ocorre um rearranjo institucional e administrativo na gestão do programa; inserção dos jovens e adultos ingressos e reingressos no sistema pública de educação, com o intuito de aumentar o nível de escolaridade. Já na terceira é realizada uma análise profunda do PBA, com a espera de uma queda na taxa de analfabetismo absoluto entre pessoas com mais de 15 anos.

No Decreto Nº 6.093 de abril de 2007, coloca como prioritário atender os municípios e Estados com as maiores taxas de analfabetismo no país e propor um Plano Plurianual de Alfabetização

¹Graduanda. Pedagogia. Bolsista CAP-UERJ EIC. UERJ. taisaraujodasilva11@gmail.com

²Doutora. Pedagogia CAP-UERJ. UERJ. gigantecamila@gmail.com

para os municípios com o intuito de monitorar a execução e avaliação das políticas públicas que rodeiam esse público.

Análises e limites do Programa Brasil Alfabetizado

Com base nas leituras realizadas acerca da implementação do Programa Brasil Alfabetizado em diferentes regiões do país, é possível perceber que o programa apresenta avanços no que se refere à ampliação do acesso à alfabetização de jovens, adultos e idosos. Entretanto, tais avanços ocorrem de forma gradual e ainda enfrentam desafios significativos.

Nesse sentido, a alfabetização não deve ser compreendida como uma etapa isolada, mas como parte de um processo educativo mais amplo, que precisa garantir a continuidade da escolarização desses sujeitos. O Programa Brasil Alfabetizado, ao tratar prioritariamente da alfabetização inicial, suscita uma questão central para o debate: os estudantes que participam do programa conseguem dar continuidade aos seus estudos após o término das atividades de alfabetização?

Essa reflexão é fundamental para compreender os limites das políticas públicas voltadas ao enfrentamento do analfabetismo. Ainda que o PBA represente um avanço importante, torna-se necessário considerar as diferentes realidades sociais e educacionais presentes no país, bem como fortalecer a articulação entre o programa e as demais políticas de educação continuada voltadas ao público jovem, adulto e idoso.

Dessa forma, o debate não se restringe apenas à erradicação do analfabetismo, mas também à construção de políticas públicas capazes de garantir trajetórias educativas mais amplas, que possibilitem a permanência e a progressão escolar desses sujeitos.

Conclusão

A partir das reflexões apresentadas neste trabalho, torna-se possível compreender que a Educação de Jovens, Adultos e Idosos ocupa um papel fundamental na garantia do direito à educação para sujeitos historicamente excluídos do sistema educacional brasileiro. Nesse

¹Graduanda. Pedagogia. Bolsista CAP-UERJ EIC. UERJ. taisaraujodasilva11@gmail.com

²Doutora. Pedagogia CAP-UERJ. UERJ. gigantecamila@gmail.com

contexto, o Programa Brasil Alfabetizado surge como uma iniciativa relevante no enfrentamento do analfabetismo, ampliando o acesso à alfabetização em diferentes regiões do país.

Entretanto, as análises realizadas indicam que, apesar de seus avanços, o programa ainda apresenta limites no que se refere à continuidade da escolarização dos sujeitos atendidos. A alfabetização, quando tratada de forma isolada, pode não ser suficiente para garantir trajetórias educativas mais amplas, sendo necessário articular o PBA a políticas públicas que assegurem a permanência desses estudantes no sistema educacional.

Além disso, a reflexão sobre o papel do voluntariado no interior do programa evidencia a necessidade de fortalecer a responsabilidade do Estado na garantia do direito à educação, evitando que políticas públicas fundamentais sejam sustentadas predominantemente por iniciativas voluntárias ou parcerias externas.

Nesse sentido, torna-se essencial pensar a Educação de Jovens, Adultos e Idosos a partir da perspectiva da educação ao longo da vida, conforme defendido por autores como Jane Paiva. Essa concepção compreende a educação como um processo contínuo, que deve garantir oportunidades permanentes de aprendizagem e de participação social.

Dessa forma, o presente trabalho busca contribuir para o debate sobre os limites e as possibilidades do Programa Brasil Alfabetizado, destacando a importância de políticas educacionais que não apenas ampliem o acesso à alfabetização, mas que também assegurem condições efetivas para a continuidade da formação escolar de jovens, adultos e idosos no Brasil.

Referências

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Presidência da República, 1988.

BRASIL. Decreto nº 6.093, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre o Programa Brasil Alfabetizado. Brasília, 2007.

¹Graduanda. Pedagogia. Bolsista CAP-UERJ EIC. UERJ. taisaraujodasilva11@gmail.com

²Doutora. Pedagogia CAP-UERJ. UERJ. gigantecamila@gmail.com

BRASIL. Ministério da Educação. Panorama da Educação de Jovens e Adultos no Brasil. Brasília: MEC, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/pacto-eja/panorama-da-eja-no-brasil>.

DINIZ, Debora; MACHADO, Teresa; MOURA, Lilia. O Programa Brasil Alfabetizado e os desafios da alfabetização de jovens e adultos no Brasil. Educação & Sociedade, Campinas, v. 35, n. 128, p. 639–655, 2014.

DUQUE, Marina; HENRIQUE, Ricardo. Programa Brasil Alfabetizado: uma avaliação da teoria do programa. Brasília: IPEA, 2019.

G1. Mapa do Censo 2022: veja os dados de alfabetização, população, idade, cor e raça. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/censo/noticia/2024/05/17/mapa-do-censo-2022-veja-os-dados-de-alfabetizacao-populacao-idade-cor-e-raca-homens-e-mulheres-e-saneamento-na-sua-cidade.ghtml>.

FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler: em três artigos que se completam. São Paulo: Cortez, 1989.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

PAIVA, Jane. Educação de jovens e adultos: questões atuais em debate. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

¹Graduanda. Pedagogia. Bolsista CAP-UERJ EIC. UERJ. taisaraujodasilva11@gmail.com

²Doutora. Pedagogia CAP-UERJ. UERJ. gigantecamila@gmail.com